

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal**

9912271704-DR/PR

SENAR

CORREIOS

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVIII nº 1246 - 27/01/2014 a 09/02/2014

Tiragem desta edição 24.000 exemplares



ASSEMBLÉIA DA FAEP

2013 PASSADO A LIMPO E O QUE VEM POR AÍ EM 2014

HISTÓRIA

Os Soldados
da Borracha

BUROCRACIA

e Ineptocracia

SHOW RURAL

Inovação e
Tecnologia

Aos Leitores

Todos os anos, entre as compras de Natal e o foguetório do Ano Novo, invariavelmente surge em cadeia nacional de rádio e televisão, o (ou a) presidente da República para fazer um balanço de como caminha o Brasil. Balanço otimista, óbvio. No final do ano passado, Dilma Rousseff falou em rede nacional a brasileiros e brasileiras no final de dezembro. Foi seu sétimo pronunciamento por rádio e TV em 2013.

“Ampliamos nossa luta pela melhoria de infraestrutura iniciando a mais ampla, justa e moderna parceria de todos os tempos com o setor privado para a construção e ampliação de estradas, portos e aeroportos. Aumentamos o apoio à produção agropecuária em todos os seus formatos e escalas produtivas. Continuamos a difícil luta pela melhoria da saúde e da educação, setores onde ainda temos muito a fazer, mas onde estamos conseguindo avanços”, declarou Dilma.

Dizem que o papel aceita tudo. A TV também. Mas finais de ano também provocam balanços não oficiais e reveladores sobre a economia do país. E os cenários apresentados destoaram do panorama cor de rosa desenhado pela presidente no pronunciamento.

Nesse cenário, como vem ocorrendo sistematicamente, o agronegócio tem sido a salvação das contas e da pátria. Algo que o governo reza que se repita este ano que promete novos recordes de safra e de dólares de exportação.

Como a infraestrutura e a logística do país são um caos, há riscos, o que se repete na ausência de definições de uma política agrícola consistente. Aliás, a política que se tem praticado é da mudança constante de ministros da Agricultura sempre de olho (hoje lupa) nas próximas eleições.

Consciente que sem pressão não há decisão, esta edição mostra em detalhes a atuação da FAEP em 2013, e do SENAR-PR na qualificação profissional do meio rural. Os relatórios das duas instituições formadoras do Sistema FAEP foram aprovados unanimemente.

Em 2014 esse trabalho terá continuidade num ano eleitoral que merece reflexão e decisão de todos os brasileiros.

Índice

Assembleia Geral da FAEP	03
Conselho de Administração do SENAR-PR	13
Soldados da Borracha	14
Burocracia/Opinião	16
Quedas do Iguazu	18
Trigo	20
Show Rural	22
Carga Tributária	23
Notas	24
Cadastro Ambiental Rural	25
Guerino Guandalini	26
Caldeirão	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Fotos: Fernando Santos, André Amorim, APPA, Rogério Theodorovy, Divulgação e Arquivo FAEP.

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos, André Amorim e Tatiano Maviton | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Em defesa da sociedade paranaense

A aprovação dos relatórios/2013 da FAEP/SENAR-PR e as perspectivas de 2014



Anualmente, a Diretoria Executiva do Sistema FAEP/SENAR-PR faz um balanço da sua atuação durante o ano que passou, presta contas e apresenta as projeções sobre os trabalhos que serão desenvolvidos e os dados orçamentários estimados para o atual exercício.

Ambos relatórios – da FAEP e do SENAR-PR – foram aprovados de forma unânime pelos presidentes, lideranças sindicais e pelo Conselho de Administração do SENAR-PR, nos últimos dias 27 e 28.

Em seu relato sobre as atividades de 2013 da FAEP, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, detalhou as principais questões envolvidas, que formam um mosaico diversificado. “Foram questões de um alcance além dos interesses dos produtores rurais, mas dos interesses de toda a sociedade paranaense”, disse.

De fato, o balanço mostra vários exemplos dessa atuação. A Internet no meio rural teve um estudo contratado pela entidade e encaminhado ao Governo do Estado.

A firme atuação da FAEP no problema da invasão de terras por indígenas trazidos do Paraguai e que invadiram propriedades em Guaira e Terra Roxa, principalmente. Outro estudo contratado

e apresentado foi sobre o perímetro da Escarpa Devoniana que abrange 12 municípios dos Campos Gerais. A FAEP protestou e demonstrou sua indignação em documentos e reuniões em Brasília para tratar do desleixo do governo com a produção de trigo nacional e as facilidades na importação. Estudos contratados da Esalq/Log sobre o transporte, fretes, armazenagem e embarque dos produtos agrícolas deram um retrato da logística paranaense e proporcionaram a instituição de um excelente programa de armazenagem a nível de propriedade. Posições firmes na defesa do Porto de Paranaguá e na questão dos pedágios traduzem, com outros vários exemplos demonstram um ano de lutas em defesa da economia paranaense (veja pág. 4).

Muitas dessas questões não respeitam o calendário e podem sobreviver a este 2014. Um ano diferente, como diz Ágide em sua mensagem, porque é um ano eleitoral. “Tem muita coisa em jogo. Está em jogo a própria democracia”, lembrou. Até outubro, nas eleições, há um período de quase dez meses para se refletir sobre a situação do Paraná e do Brasil. E decidir sobre quem deve nos governar.

Na pág. 13 a aprovação do relatório 2013 do SENAR-PR

A Palavra de Ágide

Presidente do Sistema FAEP faz balanço de 2013 e avalia as perspectivas para este ano



Este foi um ano de muita ação por parte da FAEP, principalmente pelos embates que teve com o governo federal em torno do Porto de Paranaguá, das invasões indígenas, da liberação de importação de trigo e outras questões.

Mas eu gostaria, de início, lembrar alguns dos trabalhos realizados pela FAEP durante o exercício passado. Alguns deles ainda estão por ser concluídos por dependerem de um prazo de maturação. Um relatório completo do que fizemos em 2013 os companheiros já receberam, onde nossas ações estão bem detalhadas. Mas entre as ações mais importantes:

Internet no meio rural

Preocupada com a falta de estrutura de internet no meio rural, para atender produtores rurais em seus negócios e possibilitar que o SENAR-PR leve a eles ensino à distância, a FAEP contratou um estudo elaborado por um grupo de especialistas que mostrou as áreas de sombra em todo território do Paraná, onde nem internet nem telefones celulares funcionam. De posse do estudo, foi ao governo

do Estado para que, a partir da rede de fibra ótica da Copel, pudesse estender torres de repetição para internet e telefonia para cobrir todo o Paraná, incluindo a área rural, eliminando as áreas de sombras. O governo estadual está elaborando um projeto neste sentido. Vamos ver se este ano o “filho nasce”.

Invasão de índios

No início do ano passado, aumentou a invasão de indígenas trazidos do Paraguai em fazendas do Oeste do Estado, principalmente em Guaíra e Terra Roxa. A FAEP adotou uma posição firme e denunciou publicamente as mazelas da Funai naquela região. Ante nossa posição e uma grande mobilização de produtores pelos sindicatos rurais, o governo federal resolveu agir, suspendendo as demarcações das áreas supostamente indígenas, mas sem garantir a reintegração de posse de propriedades invadidas e o afastamento da Funai da Região.

Isto é, solução “meia boca”, que nos obriga a permanecer alertas, até porque existem outras áreas nas quais a Funai quer

colocar a mão, contrariando a própria Constituição Federal. E além do mais, as demarcações estão apenas suspensas, não revogadas.

Escarpa Devoniana

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana, na região dos Campos Gerais, abrange partes de 12 municípios, o que pode inibir a produção agropecuária e deixar muitos produtores com suas terras parcialmente indisponíveis.

O problema é que o perímetro da APA foi calculado meio a olho e com muitos equívocos, abrangendo grandes áreas produtivas. Por solicitação de sindicatos da região, principalmente o de Ponta Grossa, a FAEP contratou um estudo mostrando as falhas do atual perímetro e, juntamente com sindicatos e com o núcleo dos Campos Gerais, sensibilizou o governo do Estado a rever o decreto que instituiu a APA da Escarpa Devoniana, excluindo as áreas de produção. O mapa da área, indicando um novo perímetro, foi entregue ao governo estadual e, atualmente, o Instituto Ambiental do Paraná está analisando as modificações que devem ser feitas por um novo decreto estadual.

Trigo

A produção de trigo do Paraná foi parcialmente frustrada no ano passado por causa dos fortes chuvas de inverno, fato que foi objeto de várias reivindicações ao governo federal. Contudo, o mesmo se aproveitou a notícia de ter havido uma quebra na safra para fazer o jogo dos moinhos e, através de sucessivas resoluções da Camex, isentou de imposto a importação de trigo fora do Mercosul, especialmente dos Estados Unidos e Canadá. Isso justamente quando o trigo do Paraná - o que foi salvo da chuva - estava colhido e pronto para a comercialização. Quer dizer, sob o pretexto de combater a inflação, o governo federal deu um belo golpe nos tricultores do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Mas não ficou sem o nosso protesto e a nossa indignação, manifestada diretamente ao ministro da Agricultura, numa reunião em Brasília, que participamos juntamente com o presidente da Federação do Rio Grande do Sul.

Silos nas fazendas

Identificada a falta de armazenagem, através de um estudo da Esalq-Log da Escola Luiz de Queiroz, contratado pela FAEP, o governo federal instituiu um excelente programa de financiamento de armazenagem a nível de fazenda, com juros subsidiados e

prazos compatíveis.

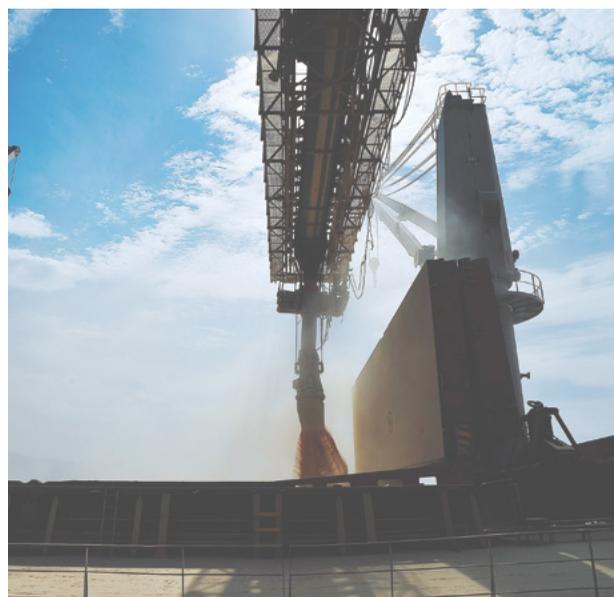
A FAEP entrou em campo, divulgando o programa e negociando com o governo do Estado, através do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), para isentar os projetos de até 7 mil e 500 toneladas de licenciamento ambiental, o que poderia retardar a implantação dos silos. O IAP concordou e baixou portaria de nº 302 no dia 29 de novembro.

Com o aumento da nossa produção, vamos precisar muito desses novos silos para evitar o acúmulo de caminhões nas rodovias e problemas de embarque no Porto de Paranaguá. Além do fato que, estocando em sua fazenda, o produtor terá melhores condições de comercialização.

Obras no porto

Esse estudo de armazenagem, na verdade, faz parte de um estudo maior que analisa a armazenagem, o transporte e o embarque de produtos agrícolas no Paraná.

Um dos pontos mais importante da pesquisa da Esalq-Log foi justamente o porto de Paranaguá e a participação do custo do frete marítimo na nossa falta de competitividade. Ficou demonstrado que as ineficiências do porto quanto ao recebimento de carga e a capacidade de embarque é que fazem com que alguns navios fiquem na espera de atracação até 110 dias, onerando o preço do frete com demurrages de até 50 mil dólares o dia. Caso o porto pudesse dobrar a sua produtividade, com novos shiploaders, com o aumento da profundidade nos berços de atracação, o frete marítimo cairia substancialmente e refletiria positivamente nos preços recebidos pelos produtores rurais.



Meio Ambiente

Na aprovação do novo Código Florestal, pelo Congresso Nacional, a FAEP e os sindicatos rurais tiveram uma participação muito importante. Diria que decisiva. Na montagem da plataforma do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a FAEP também teve, ao analisar os equívocos que o Ministério do Meio Ambiente estava cometendo.

Em duas cartas, com embasamento técnico, a FAEP conseguiu que o Ministério do Meio Ambiente procedesse as correções, como, por exemplo, a de permitir que informações dadas pelos produtores pudessem ser corrigidas, assim como ocorre com as declarações de Imposto de Renda. E também a simplificar as informações, embora continuem complexas. A própria ministra do Meio Ambiente fez questão de salientar a nossa colaboração em audiência no Congresso Nacional.

Este ano vamos começar a preencher o CAR. A FAEP e o SENAR-PR vão preparar funcionários de sindicatos e de outras instituições para ajudar o produtor a fornecer suas informações o mais corretamente possível.

Vai ser um curso pesado porque queremos que os produtores não errem nas informações. Quem não tiver condições de dar esta ajuda, por não estar preparado, não deve fazê-lo. Isto porque o produtor pode ser penalizado caso forneça informações erradas, conforme estabelece a lei.

Mas acho, também, que esta é uma excelente oportunidade para os sindicatos prestarem um bom serviço a seus associados e aos produtores filiados. Na verdade esta é uma obrigação nossa, assim como temos feito em relação às declarações do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural, o ITR.



Um ano de lutas

Para a FAEP, 2013 foi um ano interessante e de certa forma diferente. Um ano em que as grandes questões em que se envolveu foram questões de um alcance além dos interesses apenas dos produtores rurais. Mas do interesse de toda a sociedade paranaense.

É certo que os interesses dos produtores rurais estavam, estão e sempre estarão prioritariamente contidos nas pelepas que a FAEP sustenta.

Quando a Federação adota uma posição em relação à cobrança do pedágio nas rodovias do Anel de Integração, em favor da redução das tarifas e das obras de duplicação antecipadas, está defendendo os preços recebidos pelos produtores rurais, diretamente afetados pelos custos de transporte, nos quais o pedágio tem percentual relevante.

Ao mesmo tempo, a FAEP está defendendo toda a economia do Paraná, que depende do sistema de transportes. Defende, também, vidas que a cada ano fazem parte de uma triste estatística de acidentes mortais. Quando a FAEP bate de frente contra o governo federal, como no caso das concessões no Porto de Paranaguá, também defende os produtores, uma vez que o preço de embarque dos produtos do agronegócio e do desembarque de fertilizantes, impacta no preço recebido no campo.

E defende também, ao mesmo tempo, toda a economia do Paraná. Tenho recebido algumas críticas – naturalmente pelos que acham que o governo federal sempre tem razão, mesmo quando não tem. Mas também tenho recebido cumprimentos – e de muita gente – pelas posições que a FAEP tem tomado em defesa do Paraná. Isso nos anima a manter o rumo, até porque as pendências ainda não foram resolvidas e vão adentrar 2014.

Um ano de eleições

E 2014 também vai ser um ano diferente, por ser um ano de eleições, nas quais estarão sendo disputados interesses diversos. É, portanto, uma época para reflexão. Refletir sobre como nossos interesses podem ser melhor defendidos e atendidos. Que representantes queremos nos parlamentos e quais governantes são os mais indicados para o Estado e para o País.

Lembrar aos candidatos que o Porto de Paranaguá não tem condições de atender à crescente demanda de exportação de nossos produtos e a forma de receber os navios e descarregar os fertilizantes apenas os tornam mais caros. Portanto, a ineficiência do porto, por culpa da falta de investimentos, nos tira competitividade e renda. E mais, que a nova lei dos portos não pode prejudicar o Paraná, o que também foi alvo de uma grande campanha em favor dos interesses do Estado.

Lembrar que a demora na solução do pedágio no Anel de Integração também nos rouba renda. Depois de muitos anos, pelo menos este governo estadual se mostrou interessado em negociar com as concessionárias e com o governo federal, que tem a última palavra, já que as rodovias pertencem a ele.

A FAEP, desde o início do pedágio, se mostrou favorável a fórmula por verificar que os governos não tinham mais recursos para investir em rodovias. Contudo, se rebelou contra os preços cobrados e chegou a entrar com ação para eliminar o pagamento extorsivo. Mas, como o contrato prevalece, nossa ação infelizmente foi prejudicada. Durante todo o governo anterior, a FAEP insistiu em diversas ocasiões para que fosse feita auditoria nas concessionárias, para verificar se o custo das obras era correto com os parâmetros do DER e se a receita real das empresas era o que constava dos seus balanços.

Nada disso foi feito e, em consequência, hoje o governo do Estado não tem como contrapor dados fornecidos pelas concessionárias. Continuamos com nossa posição de obter uma redução do valor do pedágio e as obras serem iniciadas imediatamente. Senão, vamos ter que esperar nove anos ou mais para que as obras de duplicação das rodovias sejam iniciadas.

Por considerar que a vida não tem preço, a FAEP também se posicionou a favor das duplicações de rodovias a serem construídas pelo sistema PPP (Parceria – Público – Privado) como a PR-323, que liga Maringá a Francisco Alves próximo de Guaira. Foi a fórmula encontrada pelo governo estadual para melhorar o nosso sistema de transporte.

Outras PPPs semelhantes estão previstas para os próximos

meses, beneficiando outras regiões, como o Norte do Estado e o Sudoeste. Não há mais condições dos governos construírem grandes obras de infraestrutura sem a participação de investidores particulares. Não há mais receita capaz de arcar com esse tipo de investimentos. Nós temos que nos conscientizar desta verdade e aceitar o que é possível.

Mas sempre com uma rigorosa fiscalização. A implantação da Agência Reguladora, a Agepar, depois de 10 anos, criada por lei, foi um grande avanço e vai evitar os imbrólios que estão ocorrendo e que a sociedade desconheça o que se passa.

Escolher bem

Tem muita coisa em jogo. Está em jogo, como podem ver diariamente nos jornais ou na televisão, a própria democracia.

O sistema sindical não pode fazer política partidária. A lei proíbe. Mas não quer dizer que cada um de nós, em particular, deixemos de fazer. Aliás, é obrigação de cada um de nós pela liderança que exercemos e a influência que temos sobre um grande número de cidadãos, os agropecuaristas do Paraná.

A reflexão que pedi é para que analisem bem a situação do Brasil e do Paraná e os cenários que se desenham caso ganhe esta ou aquela corrente política. No momento aprazado, que a reflexão nos leve à ação e que esta ação seja vigorosa e resulte no atendimento dos interesses da classe rural e de toda a sociedade brasileira. Vamos escolher bem quem os representará e quem nos governará. É uma obrigação de todas as lideranças.



Reinhold Stephanes

Chefe da Casa Civil aborda Código Florestal, Pedágio, Infraestrutura e explica os motivos da crise financeira do Estado



Convidado a participar da Assembleia Geral da FAEP, o ex-ministro da Agricultura e Chefe da Casa Civil do governo do Paraná, Reinhold Stephanes desenhou um retrato dos problemas, que de forma direta ou indireta atingem os produtores rurais, principalmente na área ambiental e na infraestrutura do Estado. “Não canso de reafirmar que a agropecuária é estratégica para o desenvolvimento nacional”, disse.

Veja suas principais abordagens:

- A FAEP, como sempre olha na frente e chamou a atenção para a necessidade de uma nova legislação ambiental do Estado, compatibilizando-a ao Código Florestal. Até o final de março ou início de abril estaremos encaminhando um projeto de lei para a Assembleia Legislativa;
- No Código, dos 10 bodes que estavam na sala, conseguimos retirar oito, sobraram dois, e eles estão relacionados principalmente às propriedades médias. Nos Atos Regulatórios temos de tentar recuperar o que não conseguimos na lei do Código Florestal;
- Estamos conversando com a Polícia Militar e o IAP sobre a atuação da “Força Verde” e nosso objetivo é discutir e uniformizar os critérios para sua atuação;
- Dois terços das rodovias sob concessão no Paraná são federais e Brasília fica com 20% dos impostos arrecadados sobre as tarifas. Nunca houve contagem dos veículos, apenas as concessionárias têm esses números. O período do governo Requião provocou 150 ações judiciais, que pelo andar da carruagem chegarão a resultados quando os contratos de concessão terminarem – 2023. “Assim o governo do Estado está em negociações para reduzir o pedágio, completar a duplicação do Anel de Integração, prorrogando os prazos, sem prorrogação não há alternativa”. Neste mês os estudos com essas metas estarão prontos e entregues ao governo federal.
- O edital da parceria Público-Privada (PPP) da PR-323 (Paiçandu-Umuarama) já foi lançado, anunciou.
- Stephanes reconheceu a crise financeira do governo do Estado,

creditando-a ao “tratamento desigual do Paraná”. Lembrou que Minas Gerais tem 17 universidades federais – e o Paraná duas; os mineiros não tem nenhuma universidade estadual e o Paraná mantém sete, algumas com hospitais universitários. Dos gastos com pessoal, 11% da folha de pagamento são destinados aos servidores das Universidades. “Pela Constituição”, lembrou ele, “ensino universitário é responsabilidade do governo federal”.

Questão de Estado

Durante a reunião, Floriano José Leite Ribeiro, presidente do Sindicato Rural de Cornélio Procópio, perguntou ao chefe da Casa Civil se as dificuldades enfrentadas pelo governo paranaense tem uma assinatura política?

Stephanes - Essa questão do Paraná é uma questão de Estado, não olhar para quem é o governador. A questão das universidades no Paraná é antiga. O Ney Braga tem duas situações que são importantes destacar até em relação à memória dele. O Jayme Canet foi o homem que realizou o maior programa de rodovias asfaltadas da história do Estado do Paraná, uma coisa extraordinária. Isso porque o Ney era amigo do Geisel e conseguiu os recursos. Sob alguns aspectos ele teve um papel extraordinário, os recursos vieram por essa razão.

Já na área das universidades o Tarso Dutra tinha sido ministro da Educação e federalizou todas as universidades no Rio Grande do Sul. Em seguida veio o Ney e não federalizou no Paraná. O Nei tem um pecado em relação a isso. Parece-me que na época as universidades não queriam a federalização e ele acabou cedendo politicamente. Aí fomos criando a situação atual.

Quanto a questão dos recursos federais. Isso já vem desde antes do governo Requião. Um Estado que tem três ministros e três senadores e não consegue, gente... não dá né! Vamos ajudar um pouco, vocês sabem como isso funciona.

O Requião apoiava o Lula. Ele passou sete anos pedindo ao ministro da Fazenda, ao Tesouro Nacional e Banco Central para que desconsiderassem aquela dívida que não fazia nenhum sentido, do Banco Itaú/Banestado, e liberassem o Paraná de pagar inclusive multa mensal. Não conseguiu.

Inclusive vocês lembram daquela reunião da mamona, em que o Requião comeu mamona. Essa reunião foi organizada para se discutir isso, eu estava nessa reunião. O Lula dizia ‘eu vou te atender Requião’ e não conseguia. Ai assume o Pessuti e se faz um acordo político de apoio ao Osmar Dias, lembram disso? Em duas semanas o Pessuti resolveu.

Eu só estou contando isso para dizer que quando o governo quer, faz. Não é porque o Requião denunciou o governo do Paraná, mas a contabilidade já tinha sido vista e aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional, o contrato com o Banco Mundial para a liberação

de um empréstimo de 2,2 bilhões de reais já estava assinado e o governo federal podia ter liberado. Mas eles aproveitaram isso como motivo para segurar o financiamento esperado pelo governo do estado para investimentos. Eu vejo mais ou menos assim.

Apesar de que, faça-se justiça. A Dilma quando recebeu o governador Beto Richa muito cordialmente ficaram duas horas reunidos. Abordou vários temas desde o Porto de Pontal, o pedágio, com toda tranquilidade foi muito gentil. A gente não sabe o que no meio do caminho acontece.

Ferrovias

Braz Reberte Pedrini, presidente Sindicato Rural de Altônia questionou sobre projetos ferroviários. Essa ferrovia que está parada perto de Cianorte e aquela que passa no sudoeste lá por Cascavel que ninguém falou mais nada?

Stephanes - Eu pessoalmente sou muito descrente em relação a isso. Você tem duas situações: uma você tem a situação normal entre o governo ter a intenção de fazer alguma coisa e começar a fazer isso tem um espaço que pode ir de 2 a 5 anos. Porque depende de licenças indígenas e licenças ambientais. Você começa a depender de um monte de questões que te levam a um prazo muito grande entre você decidir o serviço que você precisa fazer. Que é a burocracia normal criada. Às vezes você tem questões ambientais e indígenas quase intransponíveis.

Se eu disser para vocês que para aprofundar o Canal da Galheta (Porto de Paranaguá). Alguém já ouviu falar em índio no mar? Isso custou 5 milhões de reais para atender uma comunidade indígena, que fica a 30 quilômetros que não tem nada a ver com o assunto. Isso para que ela não pedisse que se fizesse os estudos, porque ai ia levar muito mais tempo. Para se conseguir a licença operacional do Porto de Paranaguá levou 10 anos.

Primeiro você tem essa questão que é natural que é normal. Eu olho muito a questão da Norte-Sul que começou a ser construída quando? Em 1986, governo Sarney, 25 anos. Olha o quanto ela andou? E lá você não tem grandes obras de artes, grandes túneis. Entre anunciar e começar nós temos muito chão pela frente.



Mendonça de Barros: “incertezas e volatilidade”

Economista analisa a conjuntura econômica e aponta inflação maquiada



Em sua avaliação sobre as perspectivas da economia brasileira para 2014, o economista José Roberto Mendonça de Barros, da consultoria MB Associados, recomendou cautela extrema aos produtores paranaenses. Ele prevê um “ano peculiar para o Brasil, com mais incertezas e volatilidade do que no ano passado”, decorrente, sobretudo, das eleições que este ano vão eleger presidente da república, governadores, deputados e senadores.

Segundo o economista, não deverá haver recessão, mas o PIB brasileiro deverá crescer pouco em 2014, algo em torno de 2% no ano. Além disso, o dólar deve se valorizar frente ao real, o que poderá tornar mais rentáveis as exportações da agricultura, mas prejudicar de sobremaneira outros setores da economia, como a indústria.

Os EUA deverão crescer entre 2,8 a 3,20%, segundo ele, e a China manterá um índice entre 7% e 7,5% e continuará demandando commodities agrícolas. Além do Brasil, estima ele, outros quatro países deverão sofrer o enfraquecimento de suas moedas: Turquia, África do Sul, Indonésia, Índia, afora os hermanos argentinos.

A expansão do consumo, impulsionada intensamente na última década por programas de distribuição de renda, deve diminuir, uma vez que, na opinião do especialista, este modelo já está esgotado. “Não há mais 14 milhões de famílias para o Bolsa Família, 20 milhões com novos cartões de crédito nem a venda de carros crescerá 18% ao ano”, disse. Também a receita do tesouro deve crescer mais lentamente neste ano, o que deverá acarretar um aumento da carga

tributária. “Ou o governo gasta menos, ou aumenta os impostos”, apontou.

Para a agricultura, Barros projeta um crescimento de 3% em 2014. “No conjunto, o cenário é bom, a agricultura cresce, mas volta aos patamares normais”, avalia, referindo-se aos resultados extraordinários alcançados pelo agronegócio brasileiro nos últimos anos. Segundo ele, as pressões de custo ainda serão um grande entrave ao desenvolvimento. “Principalmente fora da porteira”, afirma ao citar os gargalos logísticos para o escoamento dos produtos do agronegócio.

Apesar de uma previsão favorável para a agricultura, principalmente para a soja e para as carnes, alguns produtos devem ter um ano difícil em 2014. É o caso do milho, que irá depender das exportações num ano em que os estoques dos Estados Unidos (EUA), grandes produtores do grão, estão recuperados.

Também o café (arábica e robusta), a laranja e a cana-de-açúcar encontram um cenário desfavorável este ano. Esta última em decorrência do estrangulamento das políticas públicas para o uso do etanol.

Inflação sem truques

Ao lado da desaceleração da economia, do aumento do gasto público e da desvalorização do real, a inflação também deve crescer neste ano. Sob este aspecto, Barros alerta que existe uma maquiagem financeira para divulgar índices mais baixos do que a realidade. “Se a inflação fosse medida sem truques ela seria de 7%”, afirma, contrapondo o valor oficial divulgado pelo IBGE em 2013, de 5,9%.

O economista alerta que este cenário de incerteza política e baixo desempenho econômico irá exigir dos produtores paranaenses, além de cautela nas decisões, uma boa gestão financeira para diminuir riscos. “Temos muito capital próprio atuando e pouco seguro rural”, observa.

China e as más opções na América Latina

No plano internacional, a expectativa é de um ano melhor que 2013. De acordo com Barros, existe um consenso entre especialistas de que o mundo deverá crescer mais em 2014, puxado, principalmente pelo crescimento dos países desenvolvidos. Nos EUA, que deve ser o principal responsável por esse crescimento, os pontos favoráveis são o aumento no volume de investimentos; uma revolução na área de energia (que torna este insumo mais barato); altos níveis de inovação e um ano de mais estabilidade política. “Os juros devem

umentar no mercado global e o dólar tende a se valorizar”, avalia.

Outro importante parceiro comercial do Brasil, a China, deve continuar a crescer, mas com percentuais mais modestos. A mudança no comando político do país asiático ocorrida no ano passado mudou sua estratégia de crescimento, colocando o foco na redução da poluição e na melhoria da qualidade da água para a agricultura. Isso não traria riscos para o agronegócio brasileiro, que deverá continuar a exportar grandes volumes de commodities para a China.

“Os chineses devem continuar consumindo bastante. Cada mês que passa fica claro que a restrição de água e a perda de áreas agricultáveis em função da expansão das cidades é um entrave à agricultura deles”, observa.

A Europa, segundo o especialista, não deve apresentar nenhuma melhora significativa na sua economia, mas deve crescer 1%, saindo do perigo de recessão ocorrida no ano passado. Para a América Latina, Barros vê uma divisão acentuada entre os países voltados para o Oceano Pacífico (Chile, Colômbia, Costa Rica, etc.) e países voltados para o Atlântico, como é o caso do Brasil, que optou pelos bolivarianos e a Argentina. “Os (países) do Pacífico estão cada vez mais fortes, enquanto o lado do Atlântico a crise foi maior”, afirma referindo-se à Venezuela, segundo ele um “caso terminal”.

E na Argentina, em crise cambial com o dólar disparando, reservas de US\$ 27 a 29 bilhões (o Brasil tem US\$ 375 bi) a inflação deve ultrapassar os 35% este ano, embora o governo vá manipular esses números. “Esse quadro na Argentina é como aquele filme onde todo mundo morre no final, mocinhos e bandidos”, finalizou.





O SENAR-PR em 2013

Mais de 90% dos recursos em qualificação profissional e promoção social



Em reunião realizada no dia 28 de janeiro, o Conselho de Administração do SENAR-PR aprovou a prestação de contas da instituição referentes ao ano de 2013. Do total de recursos 93% foram direcionados para a Qualificação Profissional e a Promoção Social, atividade fim do SENAR-PR.

“O SENAR-PR tem buscado se adequar às novas tendências de trabalho de olho num mercado globalizado e na exigência cada vez maior do consumidor. Sempre proporcionando a gratuidade de cursos básicos e técnicos, assim como atividades de promoção social para, principalmente, a população de baixa renda e baixa escolaridade”, afirmou o presidente do Conselho, Ágide Meneguette. Diante da complexidade da área rural e dos avanços tecnológicos, a gestão da propriedade e sua viabilidade têm exigido cada vez maior investimento na preparação do trabalhador / produtor rural. É o desenvolvimento do capital humano que permite o melhor aproveitamento de equipamentos, menores custos e por consequência melhor rentabilidade.

Essas constatações do superintendente Humberto Malucelli Neto explicam o desafio do SENAR-PR para 2014. Investimento na formação continuada com ampliação da carga horária e maior número de aulas práticas. “Temos que nos preocupar muito mais com o qualitativo para uma capacitação mais intensificada com aperfeiçoamento mais aprofundado”.

Além da apresentação das informações financeiras, os conselheiros receberam o relatório de gestão com informações sobre as atividades realizadas durante o ano. O SENAR-PR superou

as metas previstas nas ações de Formação Profissional Rural e os Programas Especiais. No total geral foram realizados 35.286 eventos em 2013.

Os cursos de Promoção Social tiveram um acréscimo de 8,3% no total, fechando o ano com 2.493 eventos. As atividades de Promoção Social e Formação Profissional Rural tiveram 229.605 participantes, se considerarmos os programas especiais temos mais de um milhão de produtores, trabalhadores rurais e suas famílias atendidas nas ações do SENAR-PR. Foram 306.766

horas de capacitações (FPR e PS) ministradas durante o ano.

A participação dos jovens de 16 a 24 anos de idade em cursos profissionalizantes de aperfeiçoamento, aprendizagem rural e qualificação chamam a atenção. Foram 13.720 jovens capacitados, 14,16% do total de participantes.

“É importante ressaltar que 99,5% dos municípios do Paraná foram atendidos pelas atividades do SENAR-PR durante o ano”, destacou Malucelli.

Para realizar as atividades de Formação Profissional Rural e Promoção Social o SENAR-PR conta com a parceria de 308 empresas prestadoras de serviços envolvendo 380 profissionais capacitados e avaliados dentro da metodologia aplicada pela instituição.

Em 2013 foram realizadas 38 formações e cursos de reciclagem para 722 instrutores nas mais diversas áreas de atuação contempladas pelo SENAR-PR, além da capacitação de 169 mobilizadores que atuam por meio dos sindicatos cooperados.

O presidente do Conselho, Ágide Meneguette, também ressaltou a importância da parceria entre SENAR-PR, Fetaep, Ocepar e Fecomércio para a realização de um número tão grande atividades em todo o Estado.

***Participaram da reunião os conselheiros: João Luiz Rodrigues Biscaia representante suplente do Senar Administração Central; Wilson Thiesen representante titular da Ocepar, Ademir Mueller representante titular da Fetaep. Também participaram o presidente do Conselho Fiscal Paulo José Buso Júnior e o superintendente Adjunto do SENAR-PR Carlos Augusto C. Albuquerque.**

OS SOLDADOS DA BORRACHA



A alegria da partida logo seria substituída pelas dificuldades do percurso até os seringais amazônicos

O dia 24 de agosto deste ano marca os 60 anos em que Getúlio Vargas deu um tiro no peito e “deixou a vida para entrar na história”, como escreveu na sua última carta-testamento. Getúlio chegou à presidência em 1932, tornou-se ditador entre 1937 e 1945 e foi novamente eleito em 1950, suicidando-se quatro anos depois.

Representantes de uma de suas heranças durante o período ditatorial estiveram em dezembro passado no Congresso Nacional. Eram os remanescentes de um exército de mais de 50 mil nordestinos que foram transferidos entre 1943 e 1944 do Nordeste para a Amazônia: os chamados soldados da borracha.

Foram a Brasília reivindicar indenizações, mediante uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tramita no Senado. Desses migrantes, pouco mais de 5 mil estão vivos e foram considerados pelo atual governo como “heróis da pátria”. Eles são um dos resultados do chamado Acordo de Washington fechado por Getúlio com o presidente americano Franklin Delano Roosevelt. Como o ditador brasileiro andava ciscando, ou como dizia seu fiel e falecido discípulo Leonel Brizola, “costeando o alambrado” da Alemanha

nazista na época da segunda guerra, os americanos tiraram o alambrado.

Pelo acordo, o Brasil permitiu a instalação de uma base americana em Natal, garantiu armas para o Exército e o envio de uma Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália. Além disso, os americanos bancaram a construção da Cia Siderúrgica Nacional, a primeira no país, e o Acordo, em contra partida, previa a garantia de fornecimento de produtos como alumínio, cobre, café e borracha (os seringais da Malásia, controlados pelos ingleses, estavam bloqueados pelo Japão).

O maior problema de Getúlio para cumprir o Acordo com os americanos era que, com o fim do primeiro ciclo da borracha, na década de 10, os seringais estavam abandonados e não havia neles mais que 35 mil trabalhadores. Para fazer a produção anual de látex saltar de 18 mil para 45 mil toneladas, como previa o Acordo, eram necessários 100 mil homens.

Mas em vez de um problema, Getúlio julgou ter resolvido três: a produção de borracha, o povoamento da Amazônia e a crise do campesinato provocada por uma seca devastadora no Nordeste.

Dinheiro a rodo

Com propaganda forte - cartazes foram espalhados por todos os cantos nordestinos, alardeando a possibilidade de uma vida nova na Amazônia, chamando-a de “a terra da fartura”. Prometia padres, médicos e outros líderes comunitários para ajudar na assistência aos nordestinos que embarcassem na aventura amazônica e no boca a boca as notícias falavam sobre um lugar onde se ‘juntava dinheiro a rodo’. Havia ainda a promessa de um pequeno salário para o trabalhador durante a viagem até a Amazônia e, lá chegando, remuneração correspondente a 60% do que fosse obtido com a borracha.

Getúlio criou o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), que recrutava os homens. A empresa americana Rubber Development Corporation (RDC) se responsabilizava pelo resto, com dinheiro dos industriais americanos, financiava o deslocamento dos migrantes e o governo dos Estados Unidos pagava ao governo brasileiro US\$ 100 por trabalhador entregue na Amazônia.

Da caatinga, os ‘recrutados’ seguiam de trem até Fortaleza e de navio até os pousos construídos nos arredores de Manaus e Belém, onde recebiam um presente de Getúlio Vargas: o enxoval de soldado da borracha composto de calça de mescla azul, blusa branca de morim, chapéu de palha, um par de alpercatas, caneca de folha de flandres, um prato fundo, um talher, uma rede e um maço de cigarros Colomy.

Na viagem de navio, além da superlotação e do tédio, os migrantes enfrentavam o medo do ataque dos submarinos alemães. Desembarcavam na cidade de Boca do Acre (divisa dos Estados do Amazonas e Acre). Lá faziam um exame físico e assinavam um contrato com o Semta que transformava o agricultor em empregado. Passavam a ganhar o salário de meio dólar por dia dos seringalistas que escolhiam seus trabalhadores, quase como num mercado de escravos.

O soldado da borracha já chegava endividado ao seringal. O seringalista anotava cada centavo que gastava com o trabalhador: comida, roupa, arma, material de trabalho e remédio. O preço das mercadorias no barracão do patrão era pelo menos o dobro do praticado nas cidades. Havia também o pagamento com a produção de borracha - que, obviamente era cotada bem abaixo do preço de mercado. Acostumados ao sertão nordestino viam-se mergulhados no inferno verde sem ter nunca visto uma “seringa” (seringueira) na vida. Milhares morreram vítimas de malária, febre amarela, hepatite e animais selvagens na “Batalha da Borracha” de uma aventura ao Eldorado, como imaginaram.

A guerra acabou em 1945, os seringais da Malásia foram liberados e os soldados da borracha abandonados no front. Na época, os sobreviventes não receberam nada do prometido - nem a passagem de volta para casa.

Sete décadas depois reivindicam indenização não só do governo brasileiro, pois julgam que “os americanos ganharam a guerra com a nossa borracha”, portanto devem pagar a dívida.



Para tudo e para todos

Burocracia: o suicídio nacional

José Casado, O Globo



Quando ronca, o motor do caminhão ecoa trovoadas. É só lembrança — esperança de sertanejo. São 8.558 “pipeiros” contratados pelo governo para levar água a 1.087 lugarejos, onde a caatinga estende-se “de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas” — como descreveu o alagoano Graciliano Ramos 76 anos atrás. A vida continua na seca.

Nos últimos três meses, os “pipeiros” desapareceram de algumas áreas do sertão cearense. A Assembleia Legislativa recebeu relatos de quatro dezenas de casos e identificou a origem do problema: os contratados não prestaram contas ao governo. Seguiu-se um “rigoroso inquérito administrativo”. Até acabar, não sai pagamento. Muito menos “pipa”.

Faz tempo que as últimas arribações sumiram do céu azul. Na vida em tempo de seca braba, fartura só de sede. E de burocracia. Mais abaixo, em Natal (RN), o governo anuncia a devolução de verbas federais (R\$ 10 milhões, com juros). O dinheiro não foi investido,

como previsto, em segurança pública estadual “devido a fatores burocráticos”.

Dois mil quilômetros ao sul, em Araçatuba (SP), a prefeitura conseguiu terminar a reforma de um Restaurante Popular, capaz de servir até 300 pratos de comida por dia. A obra custou R\$ 1 milhão. Atravessou longos 28 meses, na cadência de falências de fornecedores, mudanças no projeto e licitações refeitas. Está pronto, mas continuará fechado. Até a liberação federal.

Ao leste, na margem esquerda do Porto de Santos (SP), um terminal de cargas químicas e petróleo vai completar 28 anos de inatividade, entregue ao mato, por causa de um embrulho burocrático. E pouco além, no Porto de São Francisco do Sul (SC), um terminal de soja de US\$ 200 milhões está há sete anos “em tramitação”. Do outro lado, navios só atracam depois da entrega de uma montanha de papéis, com cerca de 190 itens sobre a carga. Levam-se 13 dias para exportar um contêiner, quando nos países

concorrentes não passa de 48 horas.

Em Ijuí (RS) se desfez o mistério de uma doação de 12 toneladas de roupas da Bélgica que jamais chegou a uma instituição de caridade local. Passaram os últimos cinco anos estocadas, por mera burocracia.

No último 5 de dezembro chegou ao Aeroporto de Viracopos (SP), um pacote enviado pela Universidade de Harvard, dos Estados Unidos. Continha células-tronco para uma pesquisa do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Durante 13 dias funcionários da transportadora alternaram-se na reposição de gelo seco na tentativa de mantê-las vivas, enquanto burocratas fiscalizavam documentos da carga num guichê federal.

Há 47 anos, por decreto da ditadura, aboliu-se a exigência de reconhecimento de firma em documentos. Agora, 17 mil dias depois a Receita Federal anuncia em portaria que, em oito semanas, vai cumprir essa regra da boa-fé nas relações com os contribuintes. Com uma exceção, ressalva: “Nos casos em que a lei determine.”

Regulamentos não faltam. Foram editados 4,7 milhões desde a Constituição de 1988, calcula o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. São 524 novos por dia. Na eleição presidencial de outubro o país deverá somar 5 milhões de leis e normas, para tudo e para todos. É um caso de suicídio nacional por asfixia burocrática.

A ineptocracia, caldo da corrupção

A burocracia desembarcou no Brasil em 1808 com D. João VI, que escapuliu de Lisboa quando percebeu o exército de Napoleão nas cercanias. Os historiadores informam que seu reinado gastava mais do que podia (portanto é daquele tempo), e logo criou tributos sobre tudo e mais um pouco. Com eles os burocratas.

Um dos impostos, por exemplo, foi a cobrança de 10% sobre a herança e rendimento dos imóveis, criado em junho de 1808. Era o início do imposto predial, nosso glorioso IPTU.

Mais do que o passado histórico comprometedor, os estudiosos das relações entre a sociedade e o Estado afirmam que “as burocracias de Estado são capazes de engessar uma sociedade, ou conduzi-la à prosperidade”. A quantidade de órgãos administrativos, por exemplo, são sinônimos da ineptocracia, espaços onde:

- Qualquer procedimento leva muito tempo;
- Os agentes não sabem informar, ou informam mal;
- O quadro permite nomeações externas (nepotismo), é inchado;
- O sistema da meritocracia não existe, dos agentes não se exige qualquer atualização profissional, a elevação da capacidade de prestar o serviço é mera retórica;
- A negligência e o descaso persistem e não sofrem qualquer reprimenda;
- Se multiplicam regras, a ampla maioria insustentável à luz

da razão;

- Tudo que é direito do cidadão parecer favor, e para se conseguir o favorecimento o cidadão é remetido a despachantes e estes, claro, dão o jeito.

Eis o caldo em que fermenta a corrupção.

Sociedade condenada

“Quando você perceber que, para produzir, precisa obter a autorização de quem não produz nada; quando comprovar que o dinheiro flui para quem negocia não com bens, mas com favores; quando perceber que muitos ficam ricos pelo suborno e por influência, mais que pelo trabalho, e que as leis não nos protegem deles, mas, pelo contrário, são eles que estão protegidos de você; quando perceber que a corrupção é recompensada, e a honestidade se converte em autossacrifício; então poderá afirmar, sem temor de errar, que sua sociedade está condenada”. Ayn Rand, filósofa russa (São Petersburgo - 1905 — Nova Iorque, - 1982)

Helio Beltrão (Rio de Janeiro, 1916 — 1997) é lembrado pelos mais velhos por ter sido ministro da Desburocratização no governo do General Figueiredo (1979-1985). Ele realmente tentou devolver a confiança do governo na população, foi o maior defensor da justiça de pequenas causas e de leis que pretendiam diminuir as dificuldades para todos.

Ele legou, por exemplo, o Juizado de Pequenas Causas e o Estatuto da Microempresa - ambos aprovados em 1984. No entanto, o esforço de desburocratização perdeu ímpeto e foi praticamente desativado, com sensível retrocesso em relação ao que havia sido conquistado.



Super Dia de Campo

Iniciativa realizada pelo Sindicato Rural de Quedas do Iguaçu apresenta cultivares voltados para as características da região



No último dia 16 de janeiro, 220 produtores rurais da região Centro-Sul do Estado participaram do Dia de Campo organizado pelo Sindicato Rural de Quedas do Iguaçu. Esta foi a terceira edição do evento, que tem como diferencial reunir um grande número de empresas em um mesmo espaço, facilitando a exposição dos produtos. Na ocasião foram apresentados 49 variedades de cultivares de milho e 54 variedades de soja, num total de 27 empresas expositoras.

Para facilitar as apresentações dos produtos, os participantes foram divididos em seis grupos que iam visitando os estandes das empresas em um circuito dentro de uma propriedade rural, onde foram plantados com antecedência os cultivares apresentados. Segundo o presidente do sindicato, Osmar Goin, cada município têm características próprias de clima, altitude e solo que determinam como as plantas vão se comportar na prática. “Cada região tem uma característica diferente, estamos vendo os cultivares adaptados para a nossa região”, explica.

Pela manhã foram visitadas as barracas com as sementes de milho e à tarde as sementes de soja. Durante o almoço, além de um belo churrasco, os participantes puderam curtir música ao vivo com apresentação de um conjunto de acordeom, violão e pandeiro. Todo o evento foi gratuito para os produtores, que também ganharam um chapéu.

Para auferir de fato os resultados dos cultivares apresentados, o sindicato se encarrega de colher os grãos de cada variedade e verificar sua produtividade por hectare. O resultado é divulgado para os produtores através de um boletim sindical. “Não tem nada de maquiagem aqui, não é uma vitrine, é a coisa real, como ela é”, afirma Goin.

No futuro, o dirigente pensa em ampliar o evento para abranger pastagens, já que a pecuária da região também é bem desenvolvida. Em dias de campo anteriores já foram avaliadas também sementes de feijão. A adesão ao evento é animadora e traz produtores de municípios vizinhos que têm interesse em conhecer

novas tecnologias. É o caso do presidente do Sindicato Rural de São Jorge do Oeste, Airton Cucchi, que participou do evento. “É uma oportunidade de conhecer novas variedades de sementes, isso é muito importante na agricultura”, diz.

A iniciativa ajuda os produtores da região a escolher o cultivar mais adequado às suas necessidades. Foi o que ocorreu com Altair Tumiski, produtor que participa dos dias de campo do sindicato desde a primeira edição. Ele conta que conheceu a variedade de soja que planta atualmente em um destes eventos. “Se não fosse assim, ia ter que ir ao Show Rural de Cascavel para conhecer coisa diferente. Só que o que é apresentado lá dá

diferença aqui, principalmente por causa da altitude”, observa.

Esta também é a opinião do diretor do Sindicato Rural de Quedas do Iguaçu, Gilberto Francisco Gioda. “Quedas do Iguaçu tem um nicho próprio, por isso, não adianta o cara ver no Globo Rural. Tem que plantar aquilo que é adequado para nossa realidade”, avalia.

Além das barracas das empresas de sementes, o supervisor da região de Guarapuava do SENAR-PR, Aparecido Grosse, montou no local uma estande da entidade para informar os participantes sobre as oportunidades de cursos e treinamentos, que podem melhorar a produtividade das propriedades.



220 produtores rurais da região participaram da 3ª edição do evento



As empresas apresentaram 49 variedades de milho e 54 variedades de soja



Osmar Goim presidente do Sindicato Rural de Quedas do Iguaçu

Trigo made in Brasil ou made in USA?

FAEP propõe reajuste de preço mínimo, fim de isenção na importação e política nacional para o trigo



FAEP diz que o governo precisa reajustar o preço mínimo do trigo de acordo com o custo de produção levantado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O plantio começa em março e o governo ainda não definiu a política agrícola para o trigo e as demais culturas de inverno.

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou ofício ao governo federal* solicitando o aumento de 16,4% do preço mínimo para o trigo tipo 1 da classe pão, passando de R\$ 531,00/t para R\$ 635,33/t. No documento, a FAEP propôs ainda a manutenção da Tarifa Externa Comum (TEC) em 10% para importações provenientes de países fora do Mercosul.

Além do pedido de reajuste no preço mínimo e manutenção do imposto ao trigo estadunidense, a FAEP solicitou agilidade na definição da “Política Agrícola Brasileira para a Triticultura e Demais Culturas de Inverno” para a safra 2014/15. A FAEP entende que essa política pública deve definir os interesses no produto nacional, garantindo o abastecimento nacional e reduzindo a dependência externa do produto. É necessário sua divulgação até fevereiro, considerando que o plantio do trigo começa em março no Paraná. Conforme levantamento da Conab, a produção nacional de trigo na safra 2013/14 deve totalizar 5,3 milhões de toneladas. No sul do país, que responde por 90% da produção nacional de trigo, a

comercialização da safra segue pressionada. No período da colheita, de agosto a dezembro, foram importadas 3,165 milhões de toneladas de trigo provenientes em grande parte dos Estados Unidos com Tarifa Externa Comum (TEC) de 0% aumentando a disponibilidade do produto, reduzindo os preços e a liquidez dos negócios.

No documento Ágide argumenta “que essa política propiciou que os moinhos fiquem estocados e os preços médios recebidos pelos produtores brasileiros se reduzam significativamente”. No Paraná, os preços passaram de R\$ 817,00/t em outubro para R\$ 696,00/t em janeiro. No Rio Grande do Sul os preços médios estão cotados a R\$ 580,00/t. Com a entrada da safra argentina, uruguaia e paraguaia a disponibilidade do produto deve aumentar, pressionando os preços internos para valores abaixo do custo de produção.

A imprensa tem noticiado que a indústria nacional deve articular novo pedido de isenção da TEC a partir de maio para o produto proveniente de fora do Mercosul. De acordo com a FAEP, no campo, essa informação de nova isenção repercute negativamente, gerando incertezas e desestimulando a continuidade do plantio. Segundo o documento, “essa situação tem o agravante que na contramão dos preços, os custos de produção seguem elevados totalizando R\$ 635,33/t de acordo com levantamentos da Conab, denotando que os preços da Política de Garantia de Preços Mínimo (PGPM) estão significativamente defasados”.

Propostas de política agrícola

Vale lembrar que faz três meses que o secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Norberto Ortigara, encaminhou, em 25/10/13, documento ao Ministério da Agricultura contendo as propostas paranaenses para o Trigo - Safra 2014 e cereais de inverno. Esse documento foi elaborado em parceria entre a FAEP, a Ocepar e a Seab.

O destino em Brasília

O ofício da FAEP foi encaminhado aos ministros da Casa Civil, Agricultura, Fazenda, Desenvolvimento Agrário, Planejamento, Indústria e Relações Exteriores. O documento também foi encaminhado para o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura (SPA/MAPA), Neri Geller, ao secretário executivo (SE/MAPA), Gerardo Fontelles; secretário de Política Agrícola do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SPA/MDA), Valter Bianchini; Presidente da Conab, Rubens Rodrigues dos Santos; Diretor de Política Agrícola e Informações (DIPAI/Conab), João Marcelo Intini; e ao diretor do Departamento de Assuntos Comerciais da Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura (DAC/SRI/Mapa), Benedito Rosa do Espírito Santo.



Governo autoriza AGF de feijão no Paraná

Conab vai adquirir 30 mil toneladas de feijão cores

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, havia encaminhado ao Ministério da Agricultura (Mapa), em 09 de janeiro, um alerta sobre a redução dos preços do feijão no Paraná e solicitado a utilização de mecanismos de apoio à comercialização da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Em resposta ao ofício da FAEP, o Secretário de Política Agrícola do Mapa, Neri Geller, informou que a Conab realizará Aquisições do Governo Federal (AGFs) no âmbito da PGPM para 30 mil toneladas. O secretário esclareceu ainda que se os preços continuarem abaixo de R\$ 95,00/60kg (preço mínimo do feijão cores), novas demandas devem ser encaminhadas para a Superintendência Regional da Conab.

Os produtores paranaenses estão fazendo a colheita do feijão da primeira safra com preços médios recebidos no valor de R\$ 65,00 a R\$ 75,00 por saca para o feijão cores, abaixo do custo de produção e do preço mínimo de garantia.

Sistema FAEP no Show Rural 2014

Federação leva 8 mil a Cascavel



O Sistema FAEP/SENAR-PR estará presente, pelo 26º ano consecutivo, no Show Rural Coopavel 2014, evento que difunde as tecnologias voltadas ao aumento de produtividade de pequenas, médias e grandes propriedades rurais. Nessa edição já foram confirmadas a participação de 130 Sindicatos Rurais Patronais que organizaram 159 caravanas, que garantirão a presença de 8 mil produtores rurais de todos os cantos do Estado do Paraná.

“O Show Rural é um evento onde o produtor e sua família tem condições de entrar em contato com o que há de mais moderno em termos de tecnologia para o meio rural. Esse evento é considerado como uma verdadeira universidade a céu aberto onde qualquer visitante pode aprender e assimilar novos conhecimentos. A Federação sempre que puder viabilizar informação e conhecimento ao nosso produtor vamos fazê-lo com empenho e eficiência”, comenta o presidente do Sistema FAEP Ágvide Meneguette.

O estande do Sistema FAEP terá 250 m2 e a função recepcionar os produtores rurais. No local uma equipe de 10 funcionários e os 10 supervisores regionais do SENAR-PR, em conjunto com o Sindicato Rural de Cascavel entregarão material informativo às caravanas. Neles estão incluídos detalhes sobre os cursos oferecidos pelo SENAR-PR.

Todos os anos o Sistema FAEP, através do SENAR-PR, também atua em parceria com a Federação dos Trabalhadores

na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) contribuindo para a participação dos trabalhadores rurais no evento. Esse ano a estimativa é que sejam organizadas cerca de 100 caravanas com a participação mais de cinco mil trabalhadores rurais.

O Show Rural 2014 acontece em uma área de 720.000m², onde são apresentados em 13 categorias temáticas 4.900 experimentos e 430 expositores que apresentam as últimas novidades em tecnologia de sementes, insumos e equipamentos agrícolas. É um cenário para quem deseja otimizar a produtividade nas propriedades rurais. A estimativa de visitantes é de mais de 200 mil pessoas no período de 03 a 07 de fevereiro de 2014.

72 hectares de tecnologia

O Show Rural Coopavel é um evento eminentemente tecnológico promovido pela Coopavel Cooperativa Agroindustrial. O evento é anual, e acontece em uma área de 72 hectares, às margens da BR-277, especialmente planejada para oferecer conforto e praticidade aos visitantes, como restaurantes, ruas asfaltadas e cobertas, praças de descanso, água gelada e gratuita em todos os corredores, entrada e estacionamento gratuito e suporte para os principais veículos de comunicação divulgarem as notícias geradas no evento.

O fardo dos brasileiros

Mais de 1/3 do PIB em impostos que batem recorde em 2013



“Vá pros quintos dos inferno”. Essa expressão popular tem origem no período colonial do Brasil, quando o Império Português cobrava “o quinto”, que correspondia a 20% da produção de ouro ou de qualquer produto no território da sua então colônia. Ela era dedicada aos cobradores do “quinto” e foi um dos motivos da Inconfidência Mineira. A expressão se popularizou, nos tornamos independentes de Portugal, a República foi proclamada, mas o que era “quinto” (20%) já é mais de um um terço ou mais exatamente 36,3% do PIB.

Esse número é revelado em pesquisa nessa área sensível do bolso dos brasileiros publicada em janeiro pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), revelando a carga tributária na América Latina. Éramos os campeões, mas fomos superados pelos argentinos graças à Sra. Cristina Kirchner, presidente do país hermano que gradualmente tem sua economia se afundando.

Os impostos e tributos pagos pelos brasileiros e pelas empresas no país correspondem a 36,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Na Argentina, essa proporção é de 37,3%. No Uruguai, terceiro no ranking, a carga tributária é de 26,3%.

Balanço do Leão

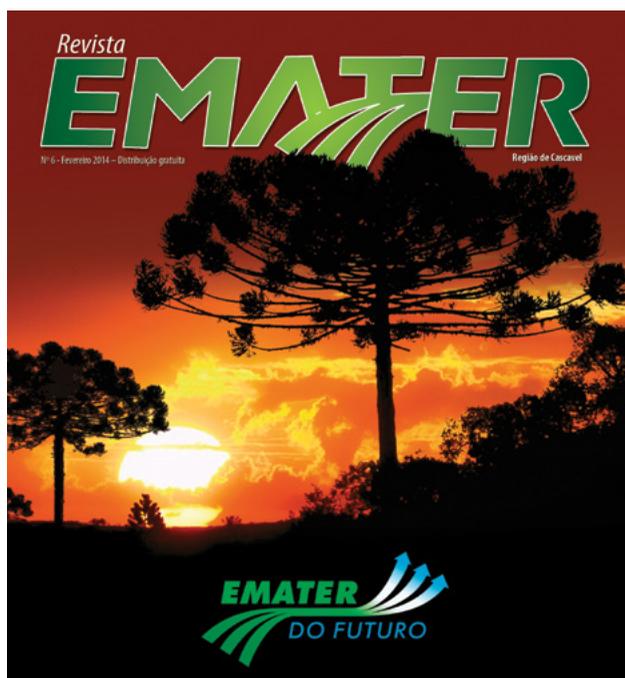
A arrecadação de impostos, contribuições federais e demais receitas somou R\$ 1,13 trilhão e bateu recorde histórico em todo ano de 2013, segundo números divulgados pela Secretaria da Receita Federal. Na comparação com o ano anterior, houve uma alta real (acima da inflação) de 4,08%.

Em termos nominais – ou seja, sem atualização dos valores pela inflação – a arrecadação cresceu R\$ 109 bilhões no ano passado. Deste modo, esse crescimento foi contabilizado com base no que efetivamente ingressou nos cofres da União.

Suor e impostos

Calcula-se que os brasileiros trabalharam no ano passado 150 dias, cinco meses do ano, somente para pagar impostos, taxas e contribuições aos cofres públicos. Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), hoje se trabalha o dobro do que se trabalhava na década de 70 para pagar a tributação. A média de número de dias trabalhados por ano somente para pagar tributos subiu de 76, na década de 70, para 102 na década de 90, e, nos anos de 2000 ultrapassou os quatro meses e alcançou cinco meses.

O estudo “Dias Trabalhados para pagar Tributos” considera a tributação IPI, ISS, etc; e a tributação sobre o patrimônio, onde se incluem IPTU, IPVA. As taxas de limpeza pública, coleta de lixo, emissão de documentos e contribuições, como no caso da iluminação pública, também são consideradas incidentes sobre rendimentos, formada pelo Imposto de Renda Pessoa Física, contribuições previdenciárias e sindicais; e a tributação sobre o consumo de produtos e serviços, como PIS, COFINS, ICMS.



Revista Emater/Cascavel

A regional da Emater de Cascavel elabora há seis anos a revista “Emater do Futuro: Histórias de vida, tecnologia e resultados”, onde os técnicos e extensionistas apresentam os principais resultados das ações desenvolvidas por eles junto aos produtores rurais da região. O ponto alto das matérias são as histórias de vida e superação dos agricultores, que encontraram em novas opções de geração de renda e na agroindústria um meio de melhorar a qualidade de vida de suas famílias.

Nessa regional, a Emater conta com 45 técnicos, que contribuem com a elaboração da revista. A primeira edição circulou pela primeira vez no Show Rural Coopavel e tem o apoio do Sistema FAEP e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep). Vale a leitura.

Tarde de campo em Alvorada do Sul

O presidente do Sindicato Rural de Alvorada do Sul, Eduardo Daguano (à esquerda na foto), e o prefeito em exercício do município, Reinaldo Neris dos Santos (à direita), estiveram na sede da FAEP, em Curitiba, na quinta-feira (23) divulgando a 12ª Tarde de Campo de Cultivares e Tecnologias para a Soja, que será realizada no próximo dia 13 de fevereiro.

Eles foram recebidos pelo diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, que destacou a importância do evento, que nesta edição vai abranger diversos municípios da região Norte do Estado. Na ocasião, além de apresentar aos participantes novos produtos e tecnologias para o cultivo de soja, serão demonstrados os resultados do programa “Plante Seu Futuro” do governo estadual.



Erramos

Castro

Agradecemos a excelente matéria sobre o município de Castro veiculada no Boletim Informativo nº 1245 de 09/12/2013, a qual reflete corretamente o bom momento por que passa o agronegócio em nossa base sindical. Entretanto pedimos para corrigir e lembramos que o nosso presidente é o Sr. Lauro Lopes (foto), conforme é do conhecimento e está registrado nessa Federação. O Sr. Eduardo Medeiros Gomes é nosso vice-presidente.

Diretoria do Sindicato Rural de Castro | Castro - PR

N. Redação: Lamentamos e pedimos desculpas pelo equívoco.

Ao lado o presidente Lauro Lopes.

Cartas

CAR: Sem o sinal verde de Brasília

Governo não publicou decreto de regulamentação



Embora previsto para o final de dezembro, o governo federal não publicou o decreto e as instruções normativas regulamentando o Cadastro Ambiental Rural (CAR). “Apenas depois dessa publicação no Diário Oficial da União passará a se contar a data de um ano, com prorrogação de mais um ano, para os produtores fazerem o cadastro”, explica a engenheira agrônoma Carla Beck, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP. Alguns artigos publicados nos grandes jornais equivocadamente forneceram informações como se o CAR já estivesse em vigor desde o início de janeiro.

A FAEP alerta ainda que os produtores não devem correr para fazer o CAR, mas aguardar possíveis modificações na legislação ambiental estadual necessárias em razão do novo Código Florestal. Diante desse cenário, a FAEP não iniciou a capacitação dos sindicatos para atendimento dos produtores e estes devem aguardar a regulamentação, mas já organizar sua documentação. No entanto, a FAEP já realizou duas capacitações como Plano Piloto com alguns sindicatos, disponibilizou no site o acesso ao CAR e a cartilha e desenvolveu em parceria IAP um folder explicativo sobre o CAR.

Como este Boletim da FAEP vem publicando, mas sempre é bom alertar, o CAR é um instrumento fundamental para

auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais.

“É como uma carteira de identidade ambiental das propriedades rurais, composto por um mapa da propriedade, construído a partir de imagens de satélite e de dados sobre a situação da vegetação”, exemplifica Carla.

No CAR o produtor vai indicar o tamanho da propriedade, a porcentagem de Área de Reserva Legal (RL), das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as áreas consolidadas.

É um ato declaratório do produtor rural sobre a situação ambiental do seu imóvel rural ou posse. Todos os produtores são obrigados a fazer o cadastro que será analisado e aprovado pelo órgão ambiental do Estado.

É bom lembrar ainda que o CAR é pré-requisito para ingresso nos processos de regularização ambiental e dele dependerá, em 2017, o acesso ao crédito rural.

E não é documento de comprovação fundiária, é uma declaração sobre a situação ambiental de uma área, cuja responsabilidade de manutenção é daquele que declarou. Portanto, não gera direitos sobre a forma de uso do solo.

Guerino, o guerreiro

Vice-presidente da FAEP é homenageado com a Ordem do Pinheiro



Produtor rural, presidente do Sindicato Rural de Astorga e um dos vice-presidentes da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Guerino Guandalini, foi condecorado com a Ordem Estadual do Pinheiro (categoria Grande Oficial), a maior honraria do Estado. A solenidade aconteceu em 19 de dezembro, no Palácio Iguazu, sede do governo do Paraná, data em que o Estado comemora 160 anos de emancipação política.

Guerino Guandalini, 80 anos, nasceu em Taquaritinga (SP) e é um dos pioneiros do Norte do Paraná, pois chegou em Londrina em 1946 e três anos depois transferiu-se para Astorga, à época, ainda, um distrito de Arapongas. Casado com Antônia, quatro filhos, dedicou-se inicialmente ao comércio de cereais e à medida que percebeu as transformações que ocorriam no norte paranaense impulsionadas pela agropecuária, tornou-se diretor do Sindicato Rural de Astorga e a partir de 1982 presidente, cargo que ocupa até hoje.

Foi vice-prefeito de Astorga, na gestão 1977 a 1982, e ocupou temporariamente o comando da Prefeitura Municipal. Foi diretor do Conselho Fiscal da FAEP (1988 a 1991), sendo vice-presidente desde 1991, até a data de hoje.

Foi ainda presidente do Núcleo Regional dos Sindicatos Rurais do Norte e Noroeste do Paraná (Nurespar), desde sua

fundação, em 22 de setembro de 1989 até 31 de agosto de 2013, abrangendo 25 sindicatos e 70 Municípios da região.

A honraria

Instituída em 1972, a Ordem Estadual do Pinheiro é concedida aos cidadãos que contribuem para o desenvolvimento sócio-econômico-cultural do Estado. Ao todo, foram homenageadas 51 personalidades das mais diversas áreas, como: artes, ciência, religião, política, economia e administração pública.

“A concessão da maior honraria do Estado ao Guerino é um reconhecimento a esse paranaense de coração que tem sua vida dedicada à sociedade e, ao nosso setor, sempre deu contribuições inestimáveis como líder sindical”, afirmou Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP.



R\$ 1,4 bi para o porto...de Cuba

O Porto de Mariel, em Cuba, foi inaugurado pela presidente Dilma Rousseff e pelo ditador cubano Raul Castro no final de janeiro. E daí? Daí que o terminal com capacidade de carga 30% maior que o porto pernambucano da Suape, o mais importante do Nordeste, consumiu, segundo a revista Veja, US\$ 682 milhões (cerca de R\$ 1,4 bi) e foi iniciado pelo ex-presidente Lula em 2008. O BNDES financiou 71% das obras, realizadas pela Odebrecht, e também financia obras de infraestrutura em 15 países, mas apenas três contratos — dois com Cuba e um com Angola — são considerados secretos. O ministro Fernando Pimentel, do Desenvolvimento e Comércio Exterior, classificou o conteúdo do contrato com o governo cubano como “segredo” até 2027. A justificativa foi proteger “informações estratégicas”. Segundo a Veja, o governo do presidente de Cuba, Raúl Castro, pleiteia um novo empréstimo do Brasil. Desta vez para construir uma zona industrial ao redor do Porto de Mariel. Enquanto isso, os principais portos brasileiros — como Paranaguá e Santos, não tem investimentos federais e literalmente ficam a ver navios. Ah, sim, os cubanos prometem começar a pagar em 2017, com receita de suas possíveis exportações de açúcar.

Outras contas

Segundo o jornal “Folha de São Paulo”, um contingente de 61,3 milhões de brasileiros de 14 anos ou mais não trabalha nem procura ocupação e, portanto, não entra nas estatísticas do desemprego.

Trata-se de 38,5% da população considerada em idade de trabalhar pelo IBGE, ou o equivalente à soma do total de habitantes dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. O dado brasileiro ajuda a ilustrar como, apesar das taxas historicamente baixas de desemprego, o mercado de trabalho mostra sinais de precariedade.

Mesmo tirando da conta os menores de 18 e os maiores de 60 anos, são 29,8 milhões de pessoas fora da força de trabalho, seja porque desistiram de procurar emprego, seja porque nem tentaram, seja porque são amparados por benefícios sociais. Esse número supera o quádruplo dos 7,3 milhões de brasileiros oficialmente tidos como desempregados nas tabelas do IBGE, baseadas em trabalhadores que tem a carteira assinada.



Inferno tranquilo

Dizem que no inferno, cada estado brasileiro tem o seu caldeirão de óleo fervente para castigar as almas penadas. Em volta de cada um deles, grupos de demônios com seus tridentes fazem um esforço descomunal para evitar que as almas penadas saiam do caldeirão, empurradas para fora pelas almas que estão embaixo. Todos os caldeirões, não, o do Paraná é uma tranquilidade, o que levou a um pecador recém-chegado perguntar para Lúcifer se os paranaenses todos eram almas boas, que vão para o céu.

Explicação de Lúcifer:

- Com o caldeirão do Paraná não precisamos nos preocupar. Ao invés de ajudar os penados na tentativa de pular para fora, as almas de baixo os puxam pelas pernas. Moral da estória: nem no inferno políticos do Paraná ajudam seus conterrâneos.

TAPEJARA



AAJ / Mecanização

Em 12 de dezembro foi realizada a formatura de 30 alunos do curso Aprendizagem de Adolescentes e Jovens AAJ de Mecânica – 800 horas - realizado na Usina Santa Tereziinha de Tapejara. Os instrutores das duas turmas (manhã/tarde) foram: Darlan Cavalaro; Fernanda Marcruz e Laercio de Oliveira Silva.

CAMPINA DA LAGOA



Corte e costura

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou o curso de Artesanato de Tecidos - confecção básica de vestuário (corte e costura) no período de 05/11 a 11/12/2013, em parceria com a Secretaria de Assistência Social, que cedeu o local para realização do curso. Participaram 26 produtoras rurais divididas em duas turmas (manhã/tarde). A instrutora foi Vilma Ferreira de Macedo Cardoso.

GUARAPUAVA



Produtor Solidário

A Campanha de Natal Produtor Solidário, promovida pelo Sindicato Rural de Guarapuava, beneficiou inúmeras crianças de comunidades rurais. No dia 18/12 foi a vez da Escola Municipal União Brasileira, que fica no Faxinal dos Fiúzas receber as doações. Além dos brinquedos, as crianças também ganharam um lanche especial. Na extensão de base do sindicato rural em Cantagalo e no distrito de Palmeirinha também foram entregues brinquedos, que foram doados por associados e funcionários da entidade beneficiando no total de 500 crianças.

MARINGÁ



Artesanato

Entre os vários cursos oferecidos pelo Sindicato Rural de Maringá no mês de dezembro destaca-se Artesanato - Cestaria e Traçados - artesanato em palha de milho – flores no município de Paiçandu. Participaram do curso sete produtoras rurais. A instrutora do grupo foi Cleide Mattos.

PALOTINA



Armazenagem

O Sindicato Rural de Palotina realizou o curso de Armazenagem de Grãos no período de 02 a 06 de dezembro. O curso foi feito em parceria com a empresa Agro Paraíso para 10 produtores rurais. O instrutor foi Vanderley de Oliveira. Novos cursos do SENAR-PR estão sendo agendados com o grupo e envolvem Gestão Rural e Mercado Futuro.

S. C. DE MONTE CASTELO



Inclusão Digital

O Sindicato Rural de Santa Cruz de Monte Castelo ofereceu o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – inclusão digital 16 horas no distrito de Santa Esmeralda. O curso foi realizado na Escola Estadual de Santa Esmeralda nos dias 16 e 17 de dezembro e contou com a participação de 13 alunos. O instrutor foi Clóvis Palozi.

PALMAS



Artesanato

O Sindicato Rural de Palmas realizou em dezembro o curso de Artesanato em Argila e Congêneres – cerâmica. Participaram do curso um grupo de quatro produtoras rurais. A instrutora foi Cleide Mattos.

LOBATO



Mulher Atual

O Sindicato Rural de Lobato realizou em dezembro o curso Gestão de Pessoas - Mulher Atual. Participaram 22 produtoras e trabalhadoras rurais. A instrutora foi Cleide Mattos.

Terra malgaxe

Madagascar, uma ilha no Oceano Índico, na costa sudeste da África, ficou famosa devido principalmente aos filmes de animação. Mas quem nasce em Madagascar é o que? Não, não é “madagascarense”, mas sim malgaxe que também é seu idioma. Ex-colônia francesa, a ilha tem cerca de 1,8 milhão de habitantes e sua capital também tem um nome exótico: Antananarivo.



Por que ronca

Sempre que o estômago se prepara para receber alimentos, as paredes do abdômen funcionam como um amplificador, contraindo-se. Este processo costuma acontecer nos horários em que a pessoa está acostuada a comer. Às vezes o barulho é tão forte que surpreende a vizinhança.

Assessoria diabólica

Na Idade Média, acreditava-se que o inferno possuía infraestrutura e o diabo, diversos assessores, entre eles Nergal (demônio que comandava a polícia), Astaroth (tesoureiro do inferno), Abramalech (responsável pelo guarda-roupa de Lúcifer) e Baalberith (secretário de Lúcifer). Cá entre nós, pelo que temos visto por aí, até que o capeta tinha poucos assessores...

A Verdade sobre Consultores...

Um pastor cuidava das suas ovelhas, quando apareceu um homem.

- Se eu lhe disser quantas ovelhas existem aqui você me daria uma?

O pastor humildemente acenou que sim.

Rapidamente o homem sacou seu 'lap-top' e num instante respondeu: 335.

O pastor sem nada falar, lhe deu a ovelha e indagou:

Se eu adivinhar sua profissão posso ter a ovelha de volta?

- Sim.

- O senhor é 'consultor'!

O homem devolve a ovelha ao pastor, mas não sem antes perguntar como ele adivinhou.

- O senhor chegou aqui sem ser chamado, se meteu no meu negócio, me disse o que eu já sabia e ainda cobrou por isso!

Invisível

O Bombardeiro Stealth B-2 é capaz de transportar até 40.000 kg de armas, incluindo armas convencionais e nucleares, munições guiadas com precisão, bombas de gravidade e outras, além de ser projetado para penetrar sofisticados e densos escudos de defesa aérea. O B2 ganhou o nome “Stealth” - invisível, disfarçado ou camuflado, em inglês e compõe o chamado Comando de Ataque Global da Força Aérea Americana.

Mais longos

Você já deve ter ouvido falar em solstício (do latim sol + sistere, que não se mexe) é o momento em que o Sol, durante seu movimento aparente na esfera celeste, atinge a maior declinação em latitude, medida a partir da linha do equador. Os solstícios ocorrem duas vezes por ano: em dezembro e em junho. O dia e hora exatos variam de um ano para outro. Quando ocorre no verão significa que a duração do dia é a mais longa do ano. Analogamente, quando ocorre no inverno, significa que a duração da noite é a mais longa do ano.

Cada coisa....

- Quinhentos milhões de chineses nunca escovaram os dentes.
- O líquido mais caro do mundo é o veneno da cobra-coral verdadeira. Um mililitro pode custar 60 mil reais.
- Uma companhia japonesa vende bananas com a marca Mozart. Segundo a Toyooka Chuo Seika, as bananas passam uma semana numa câmara para serem amadurecidas ao som do compositor austríaco.
- Em 1986, um urubu entrou na turbina de um jato Mirage da Força Aérea Brasileira, causando um prejuízo de 10 milhões de dólares.
- Cientistas da Universidade de Jerusalém descobriram que salivamos mais com a proximidade de um celular. Quer dizer, um celular por perto pode fazer você babar mais.

Coisas de cientistas

Quer se dar bem no emprego e aumentar sua capacidade de trabalhar em equipe? Fácil, basta comer queijo. Quer pensar melhor? É só ficar de braços cruzados. Quer ficar mais inteligente? Leia um livro sem pé, nem cabeça. Quer perder peso? Vá para a Índia (lá, a gravidade é 1% menor).

Mil utilidades

O Canivete Suiço surgiu em 1981 quando o exército suíço fez uma encomenda de um aparelho que atendesse as seguintes necessidades: resistência, fácil de transportar, leve e versátil. A Administração Federal de Munições da Suíça recebeu a solicitação e desenvolveu um protótipo da peça. A empresa Schweizer Besteckfabrik (que deu origem Fabrique Suisse de Coutellerie S.A. e posteriormente se chamou Paul Boéchat & Cie. knife Factory) foi a escolhida para fabricar o canivete, que se espalhou pelo mundo.



Samambaias

Existem cerca de 12 mil espécies diferentes de samambaias no mundo. Algumas delas surgiram há mais de 360 milhões de anos. As samambaias costumam crescer nas florestas tropicais úmidas, mas também se desenvolvem em outros lugares quentes e úmidos onde haja bastante sombra. Poucas espécies de samambaias são encontradas em locais secos e frios.



Faça o teste

Alguns pesquisadores da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos informaram que dinheiro ajuda a aliviar a dor. Eles observaram dois grupos, um que havia manuseado dinheiro e outro que não havia manuseado, e constataram que o pessoal da grana conseguiu suportar por mais tempo as mãos mergulhadas em água fervente.

O Velho Companheiro



Uma beleza

Em 1970 recebeu o apelido de “Fuscão” pelo motor de 1500 cilindradas e em 1979 virou “Fuscão Fafá” em virtude das lanternas robustas terem sido comparadas às protuberâncias dianteiras de Fafá de Belém.

A Volks paralisou sua produção em 1986 e a retomou em 1993 a pedido do então presidente Itamar Franco e por três anos teve 42 mil exemplares produzidos, encerrando a carreira. No México sua produção durou até 2003. No dia 20 de janeiro se comemora o “Dia Nacional do Fusca”.

No final de 1968 a Volks lançou um “irmão do fusca” com quatro portas, e 1600 cilindradas. O carro porém, tinha quatro maçanetas cromadas e era quadrado. Imediatamente alguém apelidou-o de “Zé do Caixão”, referência ao caixão existente em filme desse personagem do cineasta José Mujica. A Volks retirou o “Zé” do mercado em 1970 diante da rejeição da clientela.

Circula pelas ruas de Curitiba nos finais de semana um Fusca que leva no para-brisa traseiro um decalco-plástico sugestivo: “Tá com inveja ou tá com pena”. Também o bom humor acompanha os mais de 60 anos deste carrinho no Brasil dotado de um projeto arcaico, segundo alguns, ou um projeto eterno, para outros. Não falta quem ainda inveje os proprietários do “besouro” ou quem tenha pena de quem tem um.

Seu nome original era Volkswagen, em alemão, o “carro do povo” e começou a ser fabricado a pedido de Hitler a Ferdinand Porsche. O modelo inicial lançado em 1938 era muito simples, sem janela ou luzes traseiras e com portas que abriam ao contrário do modelo dos carros atuais. Mas com o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, o carro não chega a ser fabricado passando a produzir veículos militares.

No final de 1950, os 30 primeiros VW Sedans chegaram ao nosso país e em 1953 o Fusca com motor 1200 cm³ era montado em um galpão alugado em São Paulo, no bairro do Ipiranga, na Rua do Manifesto. Em 1956, a Volkswagen começou a construção de sua 1ª fábrica no país, mas seu primeiro produto foi a Kombi que teve encerrada sua produção no final do ano passado. Seus primeiros modelos tinham duas janelas repartidas e em 1953 ganhou “quebra-ventos” nas janelas laterais.

Com o passar dos anos foi ganhando modificações mecânicas, na sua estrutura e mais potência do motor, mas ao pifar seu conserto era e é de uma extraordinária simplicidade. Apenas quatro parafusos seguravam o motor, se o cabo do acelerador ou embreagem se rompessem, um arame resolveria o problema. E “motor afogado” por excesso de combustível se resolve colocando-se a mão em concha em cima do carburador e fazendo sucções.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br